

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Teresia-Mariça Boos

RESPONSABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL:
UM ESTUDO DE CASO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL EM SANTA CATARINA

Blumenau
2007

Teresia-Mariça Boos

**RESPONSABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL:
UM ESTUDO DE CASO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL EM SANTA CATARINA**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização em Gestão de Negócios Financeiros apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Administração.

Prof. Orientador Luis Felipe Nascimento

Blumenau
2007

Teresia-Mariça Boos

**RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL:
UM ESTUDO DE CASO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL EM SANTA CATARINA**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização em Gestão de Negócios Financeiros apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Administração.

Conceito final:

Aprovado em de de

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Orientador Luis Felipe Nascimento

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às gerações futuras, pois a conscientização sócio-ambiental e as atitudes realizadas pela humanidade hoje, refletirão na sustentabilidade da vida de amanhã.

Eis a filosofia do Desenvolvimento Regional Sustentável: buscar satisfazer as demandas presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades, garantindo a perpetuidade do ecossistema.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS, por ter me dado forças e iluminado o meu caminho.

Agradeço ao meu marido Vilson e à minha filha Caroline, pelo incentivo, compreensão e paciência que têm tido comigo, quando precisei dedicar-me aos estudos.

Agradeço ao Banco do Brasil pela oportunidade de poder realizar este curso, assim como também à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e aos professores que em muito contribuíram para a assimilação dos novos conhecimentos.

Agradeço a familiares, amigos e colegas, que de alguma forma contribuíram, direta ou indiretamente, para que eu pudesse concluir este curso.

RESUMO

Responsabilidade Sócio-Ambiental e Desenvolvimento Regional Sustentável, dois temas-chave para a sustentabilidade e preservação da vida das gerações futuras. O estudo de caso do cultivo de hortaliças orgânicas, no município de Barra Velha, em Santa Catarina, demonstra que é possível conciliar desenvolvimento econômico com inclusão social e preservação do meio ambiente. Um dos mais importantes slogans “pensar globalmente, agir localmente” surgiu durante a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente, realizada em 1987. O Banco do Brasil acompanha as tendências internacionais, implantando, a nível corporativo, a Estratégia Negocial de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS). Ela abrange todas as agências do país, cada qual com atividades produtivas escolhidas com base nas premissas de serem economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, sempre observada e respeitada a diversidade cultural da região. O presente estudo de caso tem por objetivo principal demonstrar a viabilidade de implantação, assim como identificar as dificuldades encontradas e as contribuições esperadas pelo Banco e pela comunidade no plano de Desenvolvimento Regional Sustentável Cultivo de Hortaliças Orgânicas, conduzido pela agência de Barra Velha. Embora não esteja completamente elaborado e implementado, o plano já vem mostrando a sua viabilidade, proporcionando inúmeras contribuições para a comunidade. Para um melhor entendimento do funcionamento de um plano DRS, apresentam-se também as etapas do processo, desde a escolha da atividade produtiva até a sua implementação.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. REVISÃO DE LITERTURA	10
2.1. A RELEVÂNCIA DO TEMA.....	11
2.2. O SURGIMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DENTRO DA TEMÁTCA DE RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL.....	14
2.3. O BANCO DO BRASIL E A ESTRATÉGIA NEGOCIAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL.....	16
3. METODOLOGIA	28
3.1. AS ENTREVISTAS.....	28
4. ANÁLISE DE DADOS	29
4.1. ESTUDO DE CASO: CULTIVO DE HORTALIÇAS ORGÂNICAS.....	29
4.2. A ESCOLHA DA ATIVIDADE PRODUTIVA.....	29
4.3. CONCERTAÇÃO.....	31
4.3.1. Definição	31
4.3.2. Como ocorreu a Concertação	32
4.4. OS PARCEIROS.....	34
4.5. DIAGNÓSTICO DA ATIVIDADE.....	35
4.5.1. Os resultados das entrevistas	36
4.5.2. As dificuldades encontradas	38
4.5.3. As contribuições esperadas	39
4.6. LIMITAÇÕES.....	40
5. CONCLUSÃO	42
5.1. IMPLICAÇÕES DO TRABALHO.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45
ANEXOS	48
GRÁFICO – ATIVIDADES PRODUTIVAS EM SANTA CATARINA.....	48
ROTEIRO PARA ENTREVISTA.....	49
GLOSSÁRIO.....	50

1. INTRODUÇÃO

O mundo vive num ritmo acelerado, especialmente nas últimas décadas. Isso tanto no que tange à evolução tecnológica quanto ao consumo dos recursos naturais existentes, antes vistos somente como fauna e flora. Atualmente, o meio-ambiente é abordado sobre um tripé: fatores abióticos (ar, solo e temperatura), fatores bióticos (fauna e flora) e cultura humana. De acordo com Santos (2000), o desenvolvimento econômico vem alterando radicalmente a sustentabilidade dessa trilogia e põe em risco a diversidade biológica em ritmo acelerado. Mediante a relevância do problema, surge a necessidade urgente da participação e co-obrigação das empresas com propósitos sociais e ambientais. Em termos de legislação, a legislação ambiental brasileira é considerada muito avançada (Dias, 2000). Contudo é preciso fazer algo mais. Neste cenário surgem empresas socialmente ativas, preocupadas com o desenvolvimento social e a preservação dos recursos naturais.

Vários eventos catastróficos ocorridos nas décadas de 70 e 80 levaram o mundo a ver o planeta com outros olhos, levantando a problemática: como conciliar o crescimento desenfreado com a sustentabilidade do meio-ambiente? Historicamente, o conceito de desenvolvimento sustentável vem evoluindo desde 1972 até chegar ao seu estágio e importância atual: “Os seres humanos constituem o centro das preocupações do desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida sustentável e produtiva em harmonia com a natureza” (texto da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 1995). Um dos slogans mais importantes foi lançado em 1987, pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, no relatório “Nosso futuro comum”: “pensar globalmente, agir localmente”.

Com os novos conceitos sobre responsabilidade sócio-ambiental que foram surgindo e amadurecendo, principalmente nas últimas décadas, elaborar estratégias corporativas abordando o desenvolvimento regional sustentável, tornou-se uma necessidade eminente e um diferencial competitivo.

O Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) é uma estratégia negocial que leva em consideração premissas como implementar ações visando o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, disseminar, em nível corporativo, propostas relacionadas com a responsabilidade sócio-ambiental, e atuar em consonância com iniciativas e políticas governamentais. Geralmente, participam como atores a instituição financeira, órgãos

relacionados à atividade envolvida (associações de classe, por exemplo) e a comunidade na qual será implementada o plano.

O Banco do Brasil, assim como outras empresas já atuantes, participa desta nova realidade e, envolvendo todas as suas agências, pretende implantar planos de desenvolvimento regional sustentável por todo o território nacional, buscando a geração de trabalho e renda, com soluções sustentáveis, elevando os indicadores de desenvolvimento sócio-econômico e ambiental.

O DRS possui tanta relevância que a sua gestão de estratégia está a cargo de Gerência Executiva específica, vinculada ao presidente do Banco. Em Santa Catarina, estão previstos a aplicação de recursos na ordem de R\$ 4.861.500,00, dos quais 23% já foram aplicados, prevendo beneficiar 974 famílias, com os seis planos que já foram implementados, envolvendo 15 municípios (dados de 06/2006). No total, no estado de Santa Catarina, o Banco possui 165 processos registrados, sendo 59 com a atividade produtiva definida, 83 com o Diagnóstico e Plano de Negócios em elaboração, sete pendentes de Parecer da Agência, um na fase de Análise de Aderência e nove na fase de Análise de Risco, ambas efetuadas pela Superintendência Estadual e seis com o Plano implementado (dados 08/2007).

Destes processos que já possuem a atividade definida, selecionou-se um para efetuar o estudo de caso, que apresentar-se-á neste trabalho, visando demonstrar a sua importância no contexto econômico, social e ambiental no qual está inserido. O processo estudado é o do Cultivo de Hortaliças Orgânicas, sob condução da agência de Barra Velha.

Um dos motivos da escolha deste plano para o presente estudo justifica-se pela sua perfeita aderência aos objetivos do desenvolvimento sustentável: proporcionar renda, melhorar as condições sociais e respeitar o meio ambiente.

Embora o plano DRS ainda não esteja totalmente implementado, este trabalho visa analisar o projeto do cultivo orgânico de hortaliças desde a seleção da atividade, mobilização da comunidade e das entidades parceiras, e levantamento de dados para compor o diagnóstico da atividade, fase atual do processo.

Complementando, para entender melhor como funciona a estratégia comercial DRS, apresentar-se-á, de forma sucinta, quais as etapas percorridas por um Plano DRS, desde a iniciação do processo até a sua implementação.

Surge daí a questão da pesquisa: quais as dificuldades e contribuições de um plano de Desenvolvimento Regional Sustentável desenvolvido na região de Santa Catarina?

O objetivo principal deste estudo é demonstrar a viabilidade do plano e identificar quais as contribuições esperadas e as dificuldades encontradas no processo DRS Cultivo de

Hortaliças Orgânicas, sob condução da agência de Barra Velha, estado de Santa Catarina, assim como sua relação com os problemas sócio-ambientais na comunidade. Para tanto, estabeleceram-se objetivos específicos que compreenderam a análise das etapas do processo, verificação das dificuldades encontradas, desde a escolha da atividade produtiva até o seu estágio atual (elaboração do diagnóstico) e identificação das contribuições esperadas pela comunidade e pelo Banco, a partir dos dados apurados no diagnóstico da atividade, demonstrando a viabilidade do plano.

O trabalho está estruturado em diversos capítulos, de forma a facilitar a sua leitura e justificar a escolha do tema.

Inicialmente, apresenta-se a relevância do tema Responsabilidade Sócio-Ambiental, seguido pelo surgimento da premissa de Desenvolvimento Regional Sustentável e Estratégia Negocial do Banco do Brasil, apresentando-se as etapas do processo.

Em capítulo específico, analisa-se o plano de Desenvolvimento Regional Sustentável de Cultivo de Hortaliças Orgânicas sob condução da agência de Barra Velha (SC), incluindo as etapas de escolha da atividade, concertação: o que é e como ocorreu, os parceiros envolvidos e o diagnóstico da atividade, fase atual do processo.

Em seqüência, apresentam-se os resultados, obtidos nas entrevistas, quais as dificuldades encontradas e quais as contribuições esperadas, concluindo-se pela viabilidade do plano.

Nos anexos encontram-se o gráfico com as atividades produtivas escolhidas por planos DRS no estado de Santa Catarina, o questionário utilizado nas entrevistas, assim como um pequeno glossário relacionado ao tema.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A RELEVÂNCIA DO TEMA

O mundo vem evoluindo de forma contínua, assim como o progresso da humanidade. Contudo, nas últimas décadas, pode-se verificar um ritmo acelerado, isso tanto no que tange à evolução tecnológica quanto ao consumo dos recursos naturais existentes, antes vistos somente como fauna e flora, e como fontes inesgotáveis. Atualmente, o meio-ambiente é abordado sobre um tripé: fatores abióticos (ar, solo e temperatura), fatores bióticos (fauna e flora) e cultura humana. De acordo com Santos (2000), o desenvolvimento econômico vem alterando radicalmente a sustentabilidade dessa trilogia e põe em risco a diversidade biológica em ritmo acelerado.

Em 1968 surge a idéia de uma conferência internacional sobre o meio-ambiente, que se realizou, efetivamente, em 1972, na cidade de Estocolmo, Suécia. A escolha do local não foi por acaso. A Suécia havia sofrido sérios danos em milhares de seus lagos, em consequência de chuvas ácidas resultantes da forte poluição atmosférica na Europa Ocidental. De acordo com o chefe da Delegação do Egito na Conferência de Estocolmo, professor Mostafa K. Tolba, “uma das nossas principais responsabilidades nesta Conferência é produzir uma declaração internacional sobre o meio ambiente humano; um documento sem uma obrigação legal, mas – esperamos – com autoridade moral, que inspire nos homens o desejo de viver em harmonia uns com os outros e com o seu meio ambiente”. A Conferência deu origem aos Princípios de Estocolmo, que podem ser assim resumidos:

1. Os direitos humanos devem ser defendidos; o *apartheid* e o colonialismo devem ser condenados;
2. Os recursos naturais devem ser preservados;
3. A capacidade da Terra de produzir recursos renováveis deve ser mantida;
4. A fauna e a flora silvestres devem ser preservadas;
5. Os recursos não-renováveis devem ser compartilhados, não esgotados;
6. A poluição não deve exceder a capacidade do meio ambiente de neutralizá-la;
7. A poluição danosa aos oceanos deve ser evitada;
8. O desenvolvimento é necessário à melhoria do meio ambiente;
9. Os países em desenvolvimento requerem ajuda;

10. Os países em desenvolvimento necessitam de preços justos para as suas exportações, para que realizem a gestão do meio ambiente;
11. As políticas ambientais não devem comprometer o desenvolvimento;
12. Os países em desenvolvimento necessitam de recursos para desenvolver medidas de proteção ambiental;
13. É necessário estabelecer um planejamento integrado para o desenvolvimento;
14. Um planejamento racional deve resolver conflitos entre meio ambiente e desenvolvimento;
15. Assentamentos humanos devem ser planejados de forma a eliminar problemas ambientais;
16. Os governos devem planejar suas próprias políticas populacionais de maneira adequada;
17. As instituições nacionais devem planejar o desenvolvimento dos recursos naturais dos estados;
18. A ciência e a tecnologia devem ser usadas para melhorar o meio ambiente;
19. A educação ambiental é essencial;
20. Deve-se promover pesquisas ambientais, principalmente em países em desenvolvimento;
21. Os estados podem explorar seus recursos como quiserem, desde que não causem danos a outros;
22. Os estados que sofrerem danos dessa forma devem ser indenizados;
23. Cada país deve estabelecer suas próprias normas;
24. Deve haver cooperação em questões internacionais;
25. Organizações internacionais devem ajudar a melhorar o meio ambiente;
26. Armas de destruição em massa devem ser eliminadas.

Ainda no ano de 1972, por recomendação da Conferência de Estocolmo, criou-se o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/UNEP), para ação e coordenação de questões ambientais no âmbito da ONU, Organização das Nações Unidas. A missão do Programa é “prover liderança e encorajar parcerias no cuidado com o ambiente, inspirando, informando e capacitando nações e povos a aumentar sua qualidade de vida sem comprometer a das futuras gerações”.

Outros eventos catastróficos ocorridos na década de 80 levaram a humanidade a despertar para a questão ambiental. Dentre eles pode-se citar: o vazamento de gases letais na

Índia, o desastre nuclear de Chernobyl, o derramamento de milhões de litros de petróleo no Alasca. Com a descoberta e publicação, em 1985, do tamanho do buraco na camada de ozônio, que causou espanto tanto em cientistas como em políticos, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou a Carta Mundial da Natureza (World Charter for Nature), publicada em 1986 pela ONU, chamando a atenção para o valor intrínseco das espécies e dos ecossistemas.

São Princípios Gerais da Carta Mundial da Natureza:

- ✓ A viabilidade genética da Terra não deve ser comprometida; os níveis populacionais de todas as formas de vida, silvestres e domesticadas, devem ser ao menos suficientes para a sua sobrevivência e, com essa finalidade, os habitats necessários devem ser protegidos.
- ✓ Todas as áreas do planeta, tanto terrestres quanto marítimas, devem estar sujeitas a esses princípios de conservação. Uma proteção especial deve ser dada a áreas singulares, a amostras representativas de todos os diferentes tipos de ecossistema e ao habitat de espécies raras e ameaçadas de extinção.
- ✓ Os ecossistemas e organismos, assim como os recursos terrestres, marinhos e atmosféricos usados pelo homem, devem ser manejados de forma a alcançar e manter uma produtividade sustentável e em condições favoráveis, desde que não comprometam a integridade dos outros ecossistemas ou espécies com os quais coexistem. A natureza deve ser protegida da degradação causada por guerras e outras atividades hostis.

Em 1987, como resultado da Assembléia Geral das Nações Unidas, foi apresentado o conceito de desenvolvimento sustentável, no relatório Nosso Futuro Comum (Our Common Future), também conhecido como Relatório de Brundtland, nome da primeira ministra da Noruega, local do encontro, presidido por ela. Este relatório traduziu preocupações com o meio ambiente que já se instalavam na sociedade e mencionou pela primeira vez o conceito de Desenvolvimento Sustentável, definido com sendo aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas. Ainda no mesmo encontro, foi lançado um dos slogans mais importantes: “pensar globalmente, agir localmente”.

Devido à reação mundial aos acidentes industriais ocorridos na década de 80, aumentou a pressão sobre as grandes corporações. Como resultado, introduzia-se na indústria o conceito de Ecoeficiência como forma de, simultaneamente, reduzir o impacto ambiental e

umentar a rentabilidade. O termo “ecoefficiência” foi apresentado em 1992 pelo Conselho Mundial de Negócios para o Desenvolvimento Sustentável (World Business Council for Sustainable Development) e é definido como entrega de bens e serviços com preços competitivos que satisfazem as necessidades humanas e trazem qualidade de vida, reduzindo progressivamente impactos ambientais dos bens e serviços, através de todo o ciclo de vida, em linha com a capacidade estimada da Terra em suportar. Considera-se a ecoeficiência como o uso mais eficiente de materiais e energia, a fim de reduzir os custos econômicos e os impactos ambientais. São elementos da ecoeficiência:

- ✓ Reduzir o consumo de materiais com bens e serviços;
- ✓ Reduzir o consumo de energia com bens e serviços;
- ✓ Reduzir a dispersão de substâncias tóxicas;
- ✓ Intensificar a reciclagem de materiais;
- ✓ Maximizar o uso sustentável de recursos renováveis;
- ✓ Prolongar a durabilidade dos produtos;
- ✓ Agregar valor aos bens e serviços.

Mediante a problemática de como conciliar o crescimento desenfreado com a sustentabilidade do meio-ambiente e a relevância do tema, surge a necessidade urgente da participação e co-obrigação das empresas com propósitos sociais e ambientais. Em termos de legislação, a legislação ambiental brasileira é considerada muito avançada (Dias, 2000). Contudo é preciso fazer algo mais. Neste cenário surgem empresas socialmente ativas, preocupadas com o desenvolvimento social e a preservação dos recursos naturais.

Historicamente, o conceito de desenvolvimento sustentável vem evoluindo desde os anos 70 até chegar ao seu estágio e importância atual: “Os seres humanos constituem o centro das preocupações do desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida sustentável e produtiva em harmonia com a natureza” (texto da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 1995).

De acordo com Stuart Hart e C.K.Prahalad (2005):

Negócios sustentáveis [...] indicam o potencial de uma nova abordagem para o desenvolvimento baseada na atuação do setor privado, capaz de gerar negócios lucrativos, melhorar a qualidade de vida dos mais carentes do mundo, respeitar a diversidade cultural e conservar a integridade ecológica do planeta. Oferecer esta contribuição social enquanto se cria valor para os acionistas, requer inovação e criatividade nas estratégias do negócio.

Milaré (apud Irene, 2005), afirma:

[...] dentro do espírito contemporâneo, podemos afirmar, sem medo de errar, que somente a partir da década de 1980 é que a legislação sobre a matéria passou a desenvolver-se com maior consistência e celeridade. É que o conjunto das leis até então não se preocupava em proteger o meio ambiente de forma específica e global, dele cuidando de maneira diluída, e mesmo casual, e na exata medida de atender sua exploração pelo homem.

De acordo com o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial:

[...] uma organização não-governamental criada com missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, afirma que a empresa socioambientalmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidades, governo e meio-ambiente) e de conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando considerar as demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

2.2 O SURGIMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DENTRO DA TEMÁTICA DE RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

Desenvolvimento Regional Sustentável, um meio econômico e socialmente viável de convivência com a natureza. Eis um tema emergente na atualidade que promete promover mudanças na visão capitalista acerca do desenvolvimento desenfreado, sem respeito aos limites da natureza. Um assunto cada vez mais abordado pela mídia, de todas as formas.

Em 1992, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Cúpula da Terra, também conhecida como Rio-92, que reuniu chefes de estado e representantes oficiais de 179 países e, ainda, organizações não-governamentais (ONG's) de todo o mundo em um evento paralelo – o Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais. O documento mais abrangente que resultou dessa conferência foi a Agenda 21, selando um compromisso entre as nações participantes. O termo “Agenda 21” foi utilizado no sentido de expressar as intenções de se caminhar para a realização desse novo modelo ao longo do século XIX. A Agenda 21 apresenta-se como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes regiões do planeta, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Aplica-se tanto para o poder público como para a sociedade civil e os setores econômicos, como um guia para a promoção de ações que estimulem a integração entre o crescimento econômico, a

justiça social e a proteção ao meio ambiente. Tem como principal estratégia propor soluções e alternativas em favor do desenvolvimento sustentável, conjugando participação e transformação social. Durante a Eco-92, cada país se comprometeu a definir sua própria Agenda, fixando prioridades, envolvendo a sociedade e o governo, promovendo parcerias e introduzindo meio de implementação capazes de reverter os processos de insustentabilidade em curso.

O governo brasileiro incorporou a Agenda 21 Brasileira em seu Plano Plurianual (PPA 2004-2007) e seu programa tem por objetivo promover a internalização dos princípios e estratégias da Agenda 21 Brasileira na formulação e implementação de políticas públicas nacionais e locais, por meio do planejamento estratégico, descentralizado e participativo, que estabeleça as prioridades a serem definidas e executadas em parceria governo-sociedade, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Com os novos conceitos sobre responsabilidade sócio-ambiental que foram surgindo e amadurecendo, principalmente nas últimas décadas, elaborar estratégias corporativas abordando o desenvolvimento regional sustentável, tornou-se uma necessidade eminente e um diferencial competitivo.

De acordo com Lomborg (2002, p. 05):

a maior parte dos indicadores mostra que o destino da humanidade melhorou muito. Isso não significa que tudo esteja suficientemente bom. A primeira afirmação refere-se à atual situação do mundo e a segunda refere-se à situação ideal.

Em termos gerais, desenvolvimento regional sustentável é definido por Irene (2005, p. 86) como sendo:

é aquele que leva à construção de comunidades humanas que buscam atingir um padrão de organização em rede, com características de interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. Engloba as variáveis do economicamente viável, socialmente justo, ambientalmente correto e culturalmente diversificado.

O Desenvolvimento Regional Sustentável busca promover o desenvolvimento das regiões a partir do apoio a atividades produtivas que sejam economicamente viáveis, justas social e ambientalmente, sempre observando e respeitando a diversidade cultural das comunidades nas quais é implantado.

É crescente o número de empresas que incorporam em sua gestão não somente a preocupação com o resultado econômico ou a geração de valor para o acionista, mas que também buscam, simultaneamente, satisfazer a qualidade e a preservação do ambiente, promovendo justiça social.

De acordo com o Instituto Ethos:

A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

A implantação de planos de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) por diversos tipos de organizações, e até por instituições financeiras, é uma estratégia negocial que leva em consideração premissas como implementar ações visando o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, disseminando em nível corporativo, propostas relacionadas com a responsabilidade sócio-ambiental, atuando em consonância com iniciativas e políticas governamentais. Geralmente, participam como atores a instituição financeira, órgãos relacionados à atividade envolvida (associações de classe, por exemplo) e a comunidade na qual será implementado o plano.

Em suma, o desenvolvimento regional sustentável consiste no desenvolvimento capaz de gerar riquezas e melhoria na qualidade de vida da população de uma região, enquanto contribui para o equilíbrio social e para o respeito ao meio ambiente e à cultura regional. Busca satisfazer as demandas presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

2.3. O BANCO DO BRASIL E A ESTRATÉGIA NEGOCIAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

O surgimento das premissas do Desenvolvimento Regional Sustentável vem de uma filosofia recente no contexto brasileiro que, aos poucos, vai se tornando parte integrante no cenário nacional, principalmente devido ao apoio e à iniciativa de organizações públicas e privadas, como forma de amenizar o desenvolvimento desenfreado baseado na exploração abusiva dos recursos naturais.

O Banco do Brasil, assim como outras empresas já atuantes, participa desta nova realidade e, envolvendo todas as suas agências, pretende implantar planos de desenvolvimento regional sustentável por todo o território nacional, buscando a geração de

trabalho e renda, com soluções sustentáveis, elevando os indicadores de desenvolvimento sócio-econômico e ambiental.

Em junho de 2004, o Banco do Brasil assumiu o compromisso com o Ministério do Meio Ambiente para desenvolver uma agenda cujas ações evidenciarão o comprometimento da empresa com o desenvolvimento sustentável de seus negócios, estabelecendo a sua Agenda 21 Empresarial. A Agenda 21 do Banco do Brasil expressa o compromisso do Banco com o sucesso da Agenda 21 Global. A Unidade Relações com Funcionários e Responsabilidade Socioambiental (RSA) foi transformada em Diretoria de Relações com Funcionários e Responsabilidade Socioambiental (Dires), passando a exercer maior influência nas decisões estratégicas da Organização. Para elaboração da agenda, instituiu-se uma equipe matricial, denominada Grupo RSA, com representantes das Vice-Presidências do Banco, da Diretoria de Marketing e Comunicação, da Unidade de Estratégia e Organização e da Fundação Banco do Brasil, a fim de que as definições sobre o tema pudessem ser debatidas e compartilhadas com toda a organização. Como resultado desses esforços, foi desenvolvida e aprovada pelo Conselho Diretor do Banco a Carta de Princípios de Responsabilidade Socioambiental, na qual o Banco do Brasil se compromete a:

1. Atuar em consonância com Valores Universais, tais como: Direitos Humanos, Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho, Princípios sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;
2. Reconhecer que todos os seres são interligados e toda forma de vida é importante;
3. Repelir preconceitos e discriminações de gênero, orientação sexual, etnia, raça, credo ou de qualquer espécie;
4. Fortalecer a visão da Responsabilidade Socioambiental como investimento permanente e necessário para o futuro da humanidade;
5. Perceber e valer-se da posição estratégica da corporação BB, nas relações com o Governo, o Mercado e a Sociedade Civil, para adotar modelo próprio de gestão da Responsabilidade Socioambiental à altura da corporação e dos desafios do Brasil contemporâneo;
6. Ter a transparência, a ética e o respeito ao meio ambiente como balizadores das práticas administrativas e negociais da Empresa;

7. Pautar relacionamentos com terceiros a partir de critérios que observem os princípios de responsabilidade socioambiental e promovam o desenvolvimento econômico e social;
8. Estimular, difundir e implementar práticas de desenvolvimento sustentável;
9. Enxergar clientes e potenciais clientes, antes de tudo, como cidadãos;
10. Estabelecer e difundir boas práticas de governança corporativa, preservando os compromissos com acionistas e investidores;
11. Contribuir para que o potencial intelectual, profissional, artístico, ético e espiritual dos funcionários e colaboradores possa ser aproveitado, em sua plenitude, pela sociedade;
12. Fundamentar o relacionamento com os funcionários e colaboradores na ética e no respeito;
13. Contribuir para a universalização dos direitos sociais e da cidadania;
14. Contribuir para a inclusão de pessoas com deficiência.

A Agenda 21 do Banco do Brasil estrutura-se em três dimensões estratégicas e pragmáticas, cada dimensão com os seus objetivos, conforme a seguir:

1. Dimensão Negócios com Foco no Desenvolvimento Sustentável
 - 1.1 Implementar ações de apoio ao desenvolvimento sustentável
 - 1.2 Financiar atividades de geração de trabalho e renda e de inclusão social
 - 1.3 Financiar atividades e tecnologias ambientalmente adequadas
2. Dimensão Práticas Administrativas e Negociais com RSA
 - 2.1 Disseminar os princípios e fortalecer a cultura de RSA na Comunidade BB
 - 2.2 Manter processos administrativos coerentes com os Princípios de RSA
 - 2.3 Manter processos negociais coerentes com os Princípios de RSA
 - 2.4 Fortalecer a interação com os públicos de relacionamento
 - 2.5 Influenciar a incorporação dos Princípios de RSA no país
3. Dimensão Investimento Social Privado
 - 3.1 Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira
 - 3.2 Apoiar programas relacionados à consciência e preservação ambiental
 - 3.3 Apoiar programas relacionados à defesa e à promoção dos direitos humanos
 - 3.4 Captar recursos para apoiar ações vinculadas ao desenvolvimento social

3.5 Incentivar a atuação dos funcionários em trabalhos voluntários e ações sociais

A Agenda 21 do Banco do Brasil pode ser assim sintetizada:

Agenda 21 do BB = compromisso com a sustentabilidade + compromisso com a cidadania + compromisso com o movimento de RSA.

Como estratégia negocial de atuação corporativa, o Banco do Brasil busca impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões onde o BB está presente, por meio da mobilização de agentes econômicos, sociais e políticos, para apoio a atividades produtivas rurais e urbanas, economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, sempre observada e respeitada a diversidade cultural.

DRS se propõe a:

- ➔ Promover inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda;
- ➔ Democratizar o acesso ao crédito;
- ➔ Impulsionar o associativismo e o cooperativismo;
- ➔ Contribuir para a melhora dos indicadores de qualidade de vida;
- ➔ Solidificar os negócios com micro e pequenos empreendedores rurais e urbanos, formais ou informais.

Conforme os conceitos apresentados pelos normativos do Banco, internamente conhecido como LIC – Livro de Instruções Codificadas, a estratégia negocial DRS é uma nova forma de fazer negócios, alicerçada nos conceitos de desenvolvimento, desenvolvimento regional, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento é entendido como resultante da presença dos elementos:

- Capital humano: conhecimentos, habilidades, competências e condições propícias para sua disseminação;
- Capital social: confiança, cooperação, reciprocidade, organização, participação social e capacidade gerencial;
- Capital produtivo: empreendimentos, serviços e tecnologia;
- Cultura empreendedora: iniciativa, atitude pró-ativa, auto-estima, auto-confiança e capacidade de realização.

A estratégia negocial DRS tem por objetivos:

- ✓ Otimizar a participação do Banco do Brasil em soluções para o desenvolvimento sustentável, por meio de ações adequadas às diferentes potencialidades regionais, favorecendo:
 - O aprimoramento de atividades produtivas, com visão de cadeia de valor;
 - O desenvolvimento dos capitais humano, produtivo e social e a disseminação da cultura empreendedora;
 - A geração de trabalho e renda, a inclusão social e a inserção das pessoas nos mercados de trabalho e consumo;
 - A democratização do acesso ao crédito e aos demais produtos e serviços financeiros;
 - A atuação em consonância com políticas governamentais;
- ✓ Gerar novas oportunidades de negócios com o seu público-alvo;
- ✓ Minimizar riscos e maximizar resultados, pelo comprometimento dos agentes, parceiros e intervenientes da atividade produtiva, com a realização das ações de desenvolvimento propostas;
- ✓ Contribuir com as ações para atração e fidelização de clientes dos níveis de relacionamento de maior valor dos pilares varejo, atacado e governo, por meio do uso da imagem de empresa socioambientalmente responsável, atributo valorizado pelos segmentos;
- ✓ Contribuir para a geração de negócios com cliente e potenciais clientes pessoas físicas e jurídicas que comprem ou forneçam produtos e serviços para as atividades vinculadas à estratégia negocial DRS.

A atuação do BB, com a estratégia negocial de DRS, se dá por meio de apoio a atividades produtivas, com a visão de cadeia de valor, identificadas como vocações ou potencialidades nas diferentes regiões onde o Banco do Brasil está presente.

A metodologia de atuação prevê a sensibilização, mobilização e capacitação de funcionários do BB e de entidades parceiras. Prevê a elaboração de um amplo diagnóstico, abordando a cadeia de valor das atividades produtivas, identificando pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças. Com base no diagnóstico, é elaborado o plano de negócios DRS, no qual são definidos os objetivos, as metas e as ações para implementação desse Plano. A metodologia contempla também o monitoramento das ações definidas nos Planos de Negócios DRS e a avaliação de todo o processo.

A estruturação das atividades produtivas tem por base cinco visões:

- Visão Participativa: condição básica para o sucesso da estratégia é o envolvimento dos parceiros internos e externos e dos agentes das atividades produtivas em torno de um objetivo comum.
- Visão de Abrangência: delimita a área a ser abrangida pelos diagnósticos e planos de negócios DRS e norteia a identificação dos agentes e parceiros da atividade.
- Visão de Cadeia de Valor: é o conjunto de todas as atividades de produção e entrega, que visam agregar valor aos produtos ou serviços e vão desde a obtenção de matéria-prima, passando pelos fornecedores de insumos, até o produto final entregue nas mãos do consumidor. Abrange as cadeias produtivas (da matéria-prima até o produto/serviço pronto e tratamento dos resíduos) e de distribuição (do produto/serviço até o consumidor final), bem como todos os elementos de influência direta e indireta, como instituições públicas, financeiras, centros tecnológicos, agências de fomento, agências reguladoras, institutos de pesquisa, entre outros.
- Visão de Futuro: constitui-se no ponto onde se quer chegar, a situação ideal desejada para a atividade, seus agentes e parceiros. Pressupõe ações de curto, médio e longo prazo, para que a estratégia seja efetivamente capaz de mudar a realidade dos agentes e promover o desenvolvimento sustentável das atividades.
- Visão Negocial: devem-se considerar, além do potencial de crescimento da própria atividade e de seus agentes, a convergência dos objetivos traçados com as expectativas dos parceiros e intervenientes, bem como a contribuição da estratégia para que cada um alcance os objetivos inerentes ao seu negócio (ganho financeiro direto ou indireto, ganho pela imagem pelo cumprimento de seu papel, ou outro valor percebido).

O DRS possui tanta relevância que a sua gestão de estratégia está a cargo de Gerência Executiva específica, vinculada ao presidente do Banco. Em Santa Catarina, estão previstos a aplicação de recursos na ordem de R\$ 4.861.500,00, dos quais 23% já foram aplicados, prevendo beneficiar 974 famílias, sendo que em junho de 2006, cinco planos que já estavam em andamento, envolvendo 14 municípios. Em agosto de 2007, no estado de Santa Catarina, o Banco possui 165 processos registrados, sendo 59 com a atividade produtiva definida, 83 com

o Diagnóstico e Plano de Negócios em elaboração, sete pendentes de Parecer da Agência, um na fase de Análise de Aderência e nove na fase de Análise de Risco, ambas efetuadas pela Superintendência Estadual e seis com o Plano implementado.

Ressalta-se que, de acordo com o já observado, as estratégias de DRS não são simples projetos que podem ser implantados sem os devidos estudos preliminares. Um dos primeiros passos é a escolha da atividade foco, seguida pelo levantamento dos dados da comunidade envolvida, a definição dos objetivos, a elaboração de orçamentos, métodos de implantação, acompanhamento e controle, entre outras etapas a serem explicitadas no decorrer deste trabalho.

Após uma pesquisa inicial sobre o tema em questão, pôde-se perceber que uma das principais dificuldades para implantação de planos DRS é a escolha da atividade a ser apoiada, que se adeque às necessidades da comunidade e que seja economicamente viável. Deve ser considerado também o eventual impacto ambiental que possa ser causado.

No nível nacional já foram identificadas e estão sendo trabalhadas mais de cem atividades produtivas diferentes, entre elas: sistemas florestais e agrícolas, turismo, artesanato, cerâmica, aqüicultura, fruticultura, calçados, cotonicultura, confecções, ovinocaprinocultura, apicultura, horticultura, pecuária leiteira e de corte, floricultura, mandiocultura, atividades extrativistas, avicultura e reciclagem de resíduos sólidos.

Com base em informações atualizadas em agosto deste ano, nas 190 agências de Santa Catarina, foram selecionadas 33 atividades produtivas distintas. As atividades escolhidas são bastante abrangentes e variam de acordo com cada região, visando impulsionar o desenvolvimento sócio-econômico das comunidades envolvidas, estando assim distribuídas: bovinocultura de leite (32,73%), apicultura (9,70%), reciclagem (7,88%), cultivo de banana/artesanato/turismo/facção de tecidos e pesca (4,24% cada), piscicultura e cultivo de hortaliças (3,64% cada), maricultura (2,42%), cultivo de maçã/cultivo de cana-de-açúcar e cultivo de uvas (1,82% cada), mitilicultura e horticultura (1,21% cada) e hortifrutigranjeiro/limpeza pública/ovinicultura/cultivo de milho/cereais e leguminosas/ bovinocultura de corte/cultivo de feijão/cachaça/fruticultura/biodiesel – cultivo de oleaginosas/cultivo hortaliças orgânicas/floricultura/cultivo de maracujá/cultivo de pepino e cultivo plantas medicinais (0,61% cada), conforme representação gráfica em anexo.

Dos processos acima, selecionou-se um para efetuar o presente estudo de caso, que apresentar-se neste trabalho, visando demonstrar a sua importância no contexto econômico, social e ambiental no qual está inserido. O processo estudado é o do Cultivo de Hortaliças

Orgânicas, sob condução da agência de Barra Velha, município de Barra Velha, estado de Santa Catarina. Segue, abaixo, figura com a localização do município, na região sul do Brasil.



Figura 1- Localização Município de Barra Velha - SC

Fonte: disponível em <<http://www.maplink.uol.com.br/rodoviario>> (acesso em 12/09/2007)

2.4 ETAPAS DO PROCESSO DRS

Como o processo DRS escolhido para este estudo de caso ainda não está implantado, para entender melhor como funciona a estratégia negocial DRS, apresenta-se a seguir, de forma sucinta, quais as etapas percorridas pelo plano, desde a iniciação do processo até a sua implementação.

De acordo com os normativos internos do Banco, a metodologia DRS compõe-se das seguintes fases:

1. Capacitação e Habilidade da Agência: para estar habilitada a trabalhar com a estratégia negocial DRS a agência precisa contar com pelo menos dois funcionários treinados, (curso Desenvolvimento Regional Sustentável), sendo um deles,

obrigatoriamente, o gerente da Agência. A habilitação é automática, a partir do registro da avaliação do curso no sistema (SISBB - sistema interno do Banco, no aplicativo Educa).

2. Concertação: consiste na ação integrada, harmônica e compartilhada, envolvendo e mobilizando vários agentes da cadeia de valor de uma atividade produtiva selecionada. Ocorre internamente, com os funcionários do Banco e externamente com órgãos públicos, entidades de apoio às atividades produtivas, sindicatos, associações, cooperativas, empresas, profissionais liberais e os agentes envolvidos diretamente com as atividades produtivas.
3. Escolha das Atividades Produtivas: processo técnico de identificação das atividades produtivas com maior potencialidade na região, passíveis de serem aprimoradas sob a ótica do desenvolvimento regional sustentável.
4. Anotações Históricas: registro cronológico dos fatos relevantes ocorridos durante todo o processo, tais como reuniões, palestras, cursos, alterações na composição da equipe de trabalho DRS, deliberações, etc.
5. Formação da Equipe de Trabalho DRS: é o conjunto dos intervenientes diretos e indiretos necessários ao desenvolvimento da atividade produtiva escolhida e deve ser representativa das partes interessadas. Compõe-se por integrantes internos (gerente e funcionários da agência) e integrantes externos, que variam de acordo com cada atividade.
6. Diagnóstico DRS: é a consolidação de informações econômicas, sociais, ambientais e culturais, com o objetivo de identificar, quantificar e qualificar as potencialidades, dificuldades, vantagens competitivas, ameaças e oportunidades relativas às atividades produtivas escolhidas.
7. Plano de Negócios DRS: procedimento que estabelece a linha de atuação a ser adotada pela Equipe de Trabalho DRS, com base na análise do diagnóstico DRS. Representa de forma concreta, organizada e sistematizada, o plano de ação capaz de garantir o desenvolvimento e a sustentabilidade da atividade produtiva escolhida, considerando as potencialidades e carências identificadas na fase do diagnóstico e abrangendo toda a área diagnosticada.
8. Análises e Pareceres: o Plano de Negócios DRS requer análise técnica, análise de aderência e análise de risco da atividade produtiva. A análise técnica é aplicada quando se trata de Plano de Negócios DRS ligado ao agronegócio. A análise de aderência torna-se necessária quando se tratar de Planos de Negócios que apresentem

demanda de crédito reembolsável de qualquer natureza ou fonte, acima de R\$ 300.000 (trezentos mil reais), e é atribuição dos Centros de Suporte Operacional. A análise de risco da atividade é efetuada pela Diretoria de Crédito (Gerência de Análise de Projetos de Investimentos) quando a demanda de crédito for superior a R\$ 500.000 (quinhentos mil reais), pela Diretoria de Crédito (Divisão de Análise de Crédito jurisdicionante) quando superior a R\$ 300.000 (trezentos mil reais) e igual a inferior a R\$ 500.000 (quinhentos mil reais), e pela Unidade de Suporte Operacional para demandas até R\$ 300.000 (trezentos mil reais). Com relação aos pareceres, o parecer da agência é elaborado após a conclusão da análise técnica, devendo ser fundamentado e conclusivo, manifestando-se a respeito da pertinência e consistência das informações prestadas, do comprometimento dos parceiros, viabilidade e capacidade de execução das ações, perspectivas de negócios e aderência aos objetivos do DRS. O parecer da Superintendência de Varejo é emitido após a definição do risco da atividade, dando direcionamento estratégico para a implementação do Plano de Negócios DRS e reforçando a necessidade de que as ações sejam cumpridas na forma prevista e nos prazos pactuados.

9. Implementação: é a materialização de tudo o quanto foi planejado nas fases anteriores do processo.
10. Negócios Indiretos: são aqueles realizados, em decorrência da implementação da estratégia DRS na jurisdição de uma agência, com fornecedores, órgãos públicos, parceiros e outros intervenientes das atividades produtivas não beneficiados diretamente com as ações previstas no Plano de Negócios.
11. Monitoramento e Avaliação: o monitoramento objetiva acompanhar a implementação da estratégia negocial DRS sob óticas diferenciadas, relacionadas com o seu gerenciamento, operacionalização, execução das ações programadas, relacionamento entre os parceiros e alterações nas conjunturas interna e externa. A avaliação objetiva verificar a eficácia dos planos de negócios DRS em qualquer de suas fases, desde o diagnóstico, passando pelo planejamento, implementação e gerenciamento das atividades.

Em forma de esquema, a metodologia DRS pode ser assim apresentada:

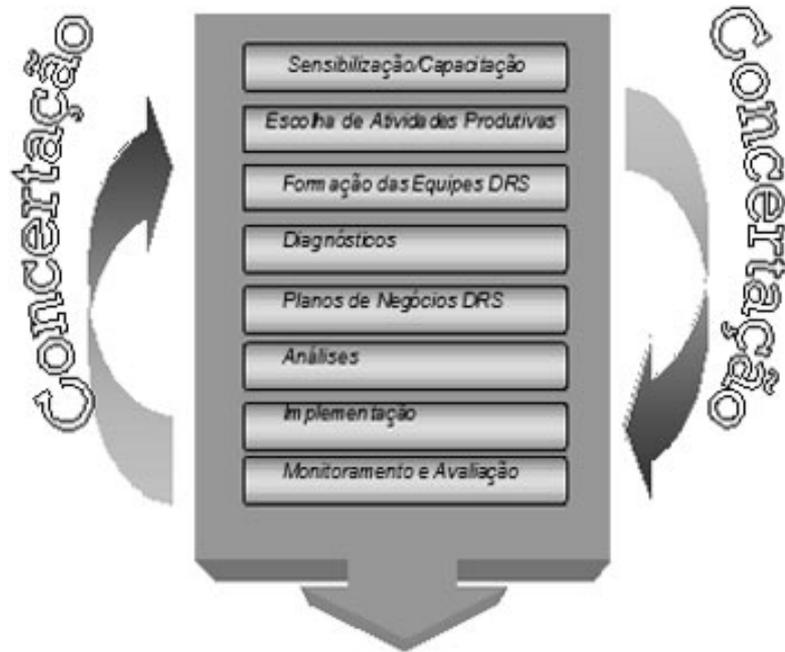


Figura 2 - Fases Metodologia DRS

Fonte: disponível em <<http://www.bb.com.br>> (acesso em 09/09/2007)

3. METODOLOGIA

Para coleta de informações e apuração dos resultados, utilizou-se o método de pesquisa qualitativa, pois apesar de envolver números, neste trabalho não se aplicam métodos estatísticos de agrupamento de dados; as informações são de caráter qualitativo. Tratando-se de pesquisa qualitativa, optou-se pelo estudo de caso, na versão exploratória, devido à exploração de processos sociais que ocorrem nas organizações, possibilitando uma análise do processo, do contexto e do porque de sua ocorrência. Conforme Yin (1989), o estudo de caso é um dos métodos mais recomendáveis quando a questão de pesquisa gira em torno de "como e por quê", indagando sobre "um conjunto de eventos contemporâneos sobre o qual o investigador tem pouco ou nenhum controle".

Com relação às técnicas de coleta de dados, optou-se pela pesquisa bibliográfica em várias fontes, também em meios eletrônicos, e pela análise de documentos, utilizando-se as técnicas de interpretação de texto, com vistas a obter o correto embasamento para a realização deste trabalho.

Também foi utilizada a entrevista sob forma de questionário como meio de coleta de informações junto aos envolvidos nos processos de DRS, para obtenção de conceito firmado sobre o assunto pelas partes envolvidas (funcionários do Banco e da empresa/comunidade envolvida), proporcionando um maior conhecimento. A aplicação da pesquisa qualitativa foi fundamental e pode ser justificada pelo fato de existirem algumas limitações que a simples aplicação de um questionário numa pesquisa acarretaria, assim como pelo número reduzido de entrevistados. O modelo utilizado encontra-se nos anexos.

Quanto à análise de documentos, esta foi realizada através da pesquisa em várias fontes bibliográficas, informações e normativos internos do Banco e também de informações obtidas junto a meio eletrônico, disponibilizados pela internet.

A análise de conteúdo foi efetuada com base nos documentos pesquisados e nas informações obtidas nas entrevistas, de forma a corroborar a idéia central do assunto que é de Desenvolvimento Regional Sustentável, favorecendo o contexto sócio-ambiental da região abrangida.

3.1 AS ENTREVISTAS

As entrevistas foram realizadas através de contato telefônico com funcionários do Banco do Brasil da agência de Barra Velha e com a responsável técnica da Epagri – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, doravante denominados de Entrevistado_01, Entrevistado_02 e Entrevistado_03.

Optou-se pela realização de entrevista ao invés da aplicação de um questionário, pois desta forma foi possível obter mais informações que representaram fundamental importância para a elaboração do presente estudo. Ressalta-se que não foi aplicado um questionário rígido, apenas seguiu-se um esboço de perguntas, pois o indivíduo, como ser complexo e multifacetado, pode não exprimir (intencionalmente ou não) tudo o que pensa, sente e/ou imagina, num questionário estruturado. Buscou-se uma análise qualitativa exploratória para fundamentar e prover as bases para um maior conhecimento no assunto e sobre o projeto em si. Explica-se também o fato da amostra reduzida de entrevistados, pois no estudo de caso em questão não há, neste momento, mais agentes envolvidos que pudessem ser entrevistados.

Para realização das entrevistas, seguiu-se um roteiro, também apresentado nos anexos, baseado nas perguntas abaixo:

- A escolha da atividade foi iniciativa somente do Banco do Brasil ou os órgãos locais e/ou comunidade exerceram alguma influência?
- Como ocorreu a apresentação da estratégia negocial DRS?
- Qual foi a receptividade?
- Houve alguma dificuldade na mobilização?
- Qual o grau de envolvimento/comprometimento percebido?
- Existe algum “modelo” e/ou propriedade que sirva de modelo a ser seguido ou tomado como base para a execução do projeto?
- Já foi percebido algum retorno financeiro ou não-financeiro?
- Atualmente, como a comunidade se posiciona/relaciona com o Banco?
- Qual o grau de satisfação percebido pelo envolvidos no projeto?

4. ANÁLISE DE DADOS

4.1. ESTUDO DE CASO CULTIVO DE HORTALIÇAS ORGÂNICAS

O cultivo orgânico consiste num sistema de produção que não agride a natureza e preserva o meio ambiente, não contamina as fontes de água e não causa a morte de peixes e de outros animais aquáticos, além de não ser causa de intoxicações e morte de agricultores.

Com o uso das técnicas de cultivo orgânico não há declínio de produtividade agrícola na mesma área de produção; não há degradação e nem comprometimento da vida e da fertilidade do solo ao longo do tempo, e sim um maior equilíbrio nutricional e biológico no meio de cultivo, tornando as plantas naturalmente mais tolerantes às pragas e às doenças dispensando assim o uso de agrotóxicos.

De acordo com publicação da Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, localizada em meio eletrônico:

A produção de hortaliças é atualmente o segmento que mais tem crescido dentro do sistema orgânico podendo a curto prazo, atingir cifras bastante expressivas. Estima-se que o sistema orgânico de produção irá movimentar mundialmente 23,5 bilhões de dólares no ano 2000. No Brasil a venda desses produtos a varejo já atingiu a cifra de 10 milhões de dólares.

Portanto, o aumento crescente da demanda por produtos orgânicos está associada à necessidade que as pessoas sentem de preservar a sua saúde e a saúde de seus descendentes bem como à prática de uma agricultura sustentável obtendo assim um maior valor agregado com a comercialização desses produtos, fazendo da agricultura orgânica uma alternativa viável para aumentar a rentabilidade do setor agropecuário sem dizimar o meio ambiente.

Há uma tendência crescente de consumo dos produtos considerados orgânicos por parte dos consumidores que possuem consciência ambiental, os denominados consumidores verdes, que relacionam o ato de comprar com a possibilidade de colaborar com a preservação ambiental.

4.2. A ESCOLHA DA ATIVIDADE PRODUTIVA

A identificação e a escolha da atividade produtiva é um dos pontos mais importantes quando da inicialização de um projeto de desenvolvimento regional sustentável. Ela deve se

basear no tripé da sustentabilidade: economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta, observando e respeitando a diversidade cultural da região.



Figura 3 - Tripé da Sustentabilidade

Fonte: disponível em <<http://www.bb.com.br>> (acesso em 09/09/2007)

Para selecionar a atividade produtiva, devem ser observadas algumas condições: viabilidade econômica; vocação da região; potencial de geração de trabalho e renda; condições para aumentar a produção/productividade; mercado identificado e capaz de absorver aumento de produção e/ou novos produtos; existência de parceiros capazes de atenderem as demandas para o desenvolvimento das atividades; predisposição dos agentes envolvidos para a realização de ações compartilhadas, visando fortalecer o desenvolvimento da atividade e aumentar o nível de organização; existência de organizações sociais atuantes; e existência de experiências de desenvolvimento regional e desenvolvimento sustentável em andamento.

O sucesso das iniciativas de desenvolvimento regional sustentável ainda pressupõe:

- ✓ Capacidade de absorção de novas tecnologias com ampliação dos níveis de ocupação;
- ✓ Capacidade de agregação de valor a produtos e serviços;
- ✓ Preocupação com a proteção dos recursos naturais;
- ✓ Preocupação com a preservação dos saberes locais e aproveitamento dos ativos culturais; e
- ✓ Possibilidade de geração de negócios para todos os envolvidos no processo, direta ou indiretamente.

A escolha da atividade é um fator decisivo para o sucesso dos trabalhos e deve ser, assim como todo o processo de desenvolvimento regional sustentável, efetuada de forma participativa e construtivista.

No plano DRS estudado, a escolha se justifica pelo fato das famílias residentes na região demonstrarem interesse e apresentarem condições culturais e materiais para o cultivo de hortaliças orgânicas. A comunidade está localizada próxima a grandes centros consumidores que têm potencial para o consumo da produção.

Vale mencionar, que a escolha da atividade foi ação conjunta da agência do Banco do Brasil do município de Barra Velha (SC) e da Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, além da participação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e comunidade.

4.3 CONCERTAÇÃO

4.3.1. Definição

A estratégia DRS objetiva contribuir para a geração de trabalho e renda e para adoção de práticas que permitam um salto de qualidade nos indicadores de desenvolvimento social e ambiental, com soluções sustentáveis, inclusivas e participativas, sempre em conjunto com parceiros, num processo denominado “concertação”.

A concertação é um dos principais fatores de sucesso do desenvolvimento regional sustentável, pois é o princípio participativo e construtivista de sua metodologia.

Concertação conota num sentido de orquestração, consistindo num processo que aglutina os diversos agentes econômicos, sociais e políticos envolvidos na cadeia de valor de atividades produtivas selecionadas – sociedade civil, empresários, associações, cooperativas, governos, universidades, entidades religiosas, organizações não-governamentais (ONG's), entre outros.

Trata-se de uma ação integrada, harmônica e compartilhada que visa estimular os atores sociais a se apropriarem da metodologia DRS e a conduzirem o processo de desenvolvimento regional sob a ótica da sustentabilidade, pois os parceiros, uma vez

organizados e comprometidos com um objetivo comum, tornam-se responsáveis por implementar as ações planejadas, além de monitorar e avaliar todo o processo.

Baseada nesta estratégia, o Banco do Brasil não atua somente como instituição de crédito, mas como catalisador de ações, fomentando, articulando e mobilizando agentes econômicos e sociais, identificando vocações, potencialidades das regiões, otimizando a capilaridade de sua rede de agências e incentivando o espírito de liderança e capacidade de mobilização de seus funcionários.

Dentre as ações incentivadas, destacam-se a capacitação dos beneficiários, para serem entes ativos no processo de desenvolvimento, o estímulo ao associativismo e ao cooperativismo, a introdução de novas tecnologias, a disseminação da cultura empreendedora e a promoção do acesso ao crédito.

4.3.2. Como ocorreu a Concertação

A concertação é a força motriz, que gera energia para impulsionar o desenvolvimento regional sustentável, promovendo articulação entre pessoas e grupos para que atuem de forma integrada, harmônica, compartilhada e com a desejada sinergia, em prol de um objetivo comum voltado para o desenvolvimento das localidades. Divide-se em duas fases: a concertação interna e concertação externa.

A concertação interna consiste em envolver os funcionários do Banco que, de alguma forma, possam contribuir com a estratégia de DRS, além do objetivo de garantir a continuidade da estratégia, sendo desejável que todos os funcionários da dependência tenham conhecimento sobre o assunto e sejam incentivados a contribuir para o desenvolvimento das atividades escolhidas.

Já a concertação externa envolve todas as partes interessadas no desenvolvimento de atividades produtivas existentes na jurisdição, tais como órgãos públicos, entidades de apoio às atividades produtivas, sindicatos, associações, cooperativas, empresas, profissionais liberais e os agentes envolvidos diretamente com as atividades produtivas. Objetiva também sensibilizar e mobilizar potenciais parceiros e intervenientes para que interesses e competências individuais sejam canalizados de forma a contribuírem com o objetivo comum.



Figura 4 - Concertação

Fonte: disponível em <<http://www.bb.com.br>> (acesso em 09/09/2007)

No plano estudado, a concertação ocorreu primeiro internamente, em reunião com os funcionários da agência para apresentação da estratégia negocial do Banco.

O segundo passo foi a Concertação Externa, etapa na qual se promoveu reunião com entidades externas ao Banco, para apresentação da estratégia de desenvolvimento regional sustentável.

No caso estudado, a reunião foi realizada na comunidade de Itinga II, em conjunto com a Epagri, oportunidade na qual esta entidade apresentou o projeto de Micro Bacias, realizado nas comunidades de Itinga I e II, Rio do Peixe e Medeiros. O evento ainda contou com presença de representantes e agricultores destas localidades e de representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Barra Velha e de São João de Itinga, localidade de Barra Velha.

4.4. OS PARCEIROS

A etapa de concertação visa estimular os envolvidos a criarem soluções e a conduzirem o desenvolvimento regional sob a ótica da sustentabilidade, agregando assistência técnica, novas tecnologias, capacitação, consultoria, em todos os elos da cadeia de valor.

A visão de cadeia de valor contempla todas as etapas de produção e distribuição e que agregam valor a produtos e serviços até o consumidor final.

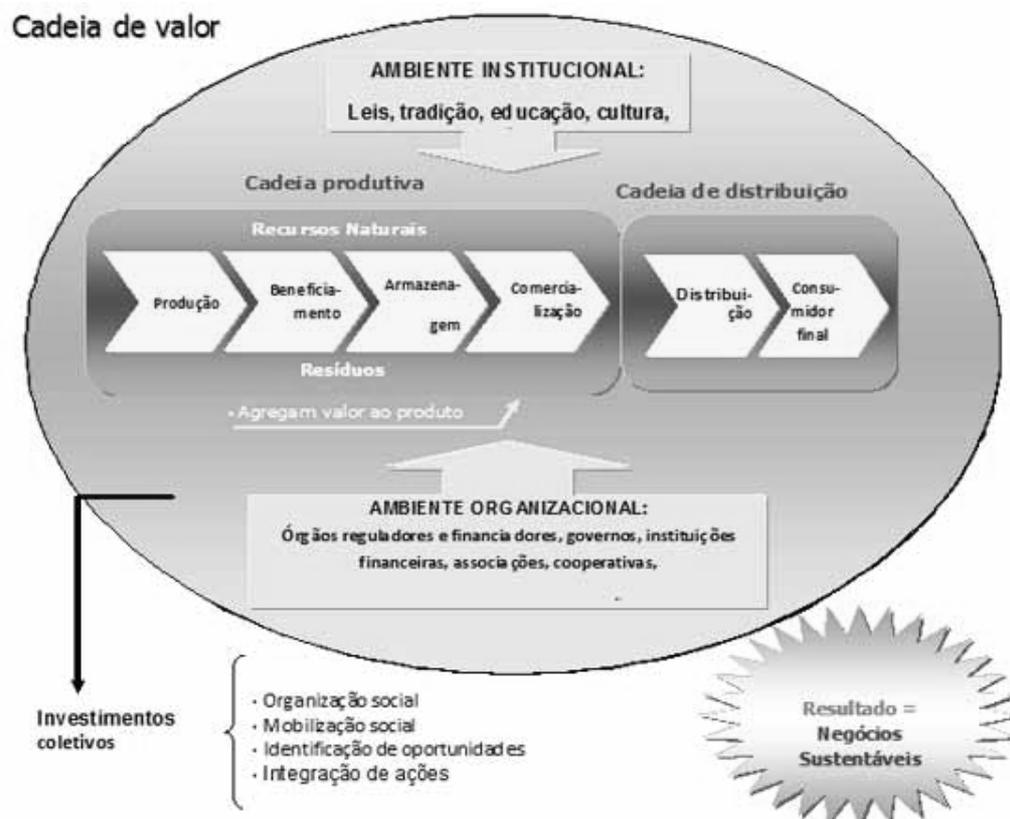


Figura 5 - Visão Cadeia de Valor

Fonte: disponível em <<http://www.bb.com.br>> (acesso em 09/09/2007)

O resultado que se espera alcançar é o desenvolvimento sustentável das regiões envolvidas, com a redução do analfabetismo, a eliminação do trabalho infantil e do trabalho forçado, a capacitação profissional, o acesso à informação e à informatização, entre outros.

Desde a escolha de atividades produtivas até a implementação dos Planos DRS, o processo é realizado de forma construtivista, inclusiva e participativa.

Para tanto, há a necessidade de envolvimento da comunidade e demais entidades como órgãos públicos, entidades de apoio às atividades produtivas, sindicatos, associações, cooperativas, empresas, profissionais liberais e os agentes envolvidos diretamente com as atividades produtivas, como agricultores, por exemplo.

No presente estudo, o principal parceiro é a Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. Esta entidade já vem desenvolvendo o projeto “Desenvolvimento Sustentável em Microbacias Hidrográficas de Santa Catarina – Desenvolvimento Local”, que tem como objetivo principal promover a melhoria da qualidade de vida da população rural catarinense (agricultores familiares, pescadores artesanais, indígenas e trabalhadores rurais), através do aumento da renda, das oportunidades sociais, culturais e econômicas, e da recuperação, conservação e utilização sustentável dos recursos ambientais. O projeto possui como estratégia metodológica específica, apoiar tecnicamente todos os municípios catarinenses na construção de um processo participativo de planejamento (nos municípios, nas microbacias hidrográficas e nas propriedades) que promova qualidade de vida através de atividades rurais consideradas economicamente viáveis, ambientalmente sustentáveis e socialmente justas. Estando assim em aderência com os objetivos da estratégia negocial DRS do Banco do Brasil. O projeto de Microbacias é executado pela Epagri, pelos seus extensionistas lotados nas unidades locais (municípios), regionais (regiões administrativas da Epagri) e central (sede), e conta com o apoio de uma equipe de pesquisadores e entidades e/ou instituições parceiras.

São parceiros do plano DRS, também o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra Velha, município de Barra Velha (SC) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Itinga, localidade do município de Barra Velha (SC).

4.5. DIAGNÓSTICO DA ATIVIDADE

O diagnóstico da atividade tem por finalidade coletar informações a cerca da atividade selecionada e consolidá-las, de modo a subsidiar a elaboração do plano de negócios e implementação do plano de desenvolvimento regional sustentável.

O município de Barra Velha possui uma população de 19.225 habitantes, sendo que o projeto visa beneficiar, inicialmente, 130 famílias.

Entre as principais hortaliças a serem produzidas na atividade estão a alface, almeirão, beterraba, couve chinesa, nabo branco, pepino, rabanete, repolho e vagem.

De momento, não há integração para compras de insumos, venda de produtos ou compartilhamento de estrutura de armazenagem ou transporte, que é rodoviário.

Um dos principais insumos é cama de aviário (resíduo de granja avícola), utilizada para adubação das hortaliças, depois de devidamente tratada. A água utilizada provém ou da rede pública de abastecimento, de rios e riachos ou açudes e lagoas, quando a irrigação pluvial não é suficiente.

A atividade tem potencial para aumentar a produção, melhorar a produtividade, melhorar a qualidade dos produtos, reduzir custos e desenvolver novos produtos.

A assistência técnica é realizada por técnicos agrícolas da Epagri – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

Como oportunidades, figuram o compromisso de instituições de apoio à atividade, elevado potencial do mercado doméstico, incremento do consumo doméstico e potencial para crescimento da atividade. Por outro lado, tem-se como ameaças a necessidade de elevados investimentos em infra-estrutura e a falta de acesso ao crédito.

Com relação à atividade, os pontos fortes são o espírito associativista e/ou cooperativista, gestão administrativa e a produtividade. Entre os pontos fracos, o principal ponto são os equipamentos sucateados/obsoletos ou inadequados. No que se refere à qualidade dos produtos, estes figuram tanto como pontos fortes e fracos, parecendo contraditório, contudo compreensível, pois as hortaliças cultivadas atualmente são de boa qualidade, entretanto para alcançar o título de “orgânica” e agregar maior valor ao produto, precisam de melhoria, tanto no cultivo como no beneficiamento e embalagem do produto.

4.5.1. Os resultados das entrevistas

Como mencionado anteriormente, as entrevistas foram realizadas com funcionários do Banco do Brasil da agência de Barra Velha e com a responsável técnica da Epagri – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, doravante denominados de Entrevistado_01, Entrevistado_02 e Entrevistado_03.

Dentre algumas respostas coletadas, pode-se mencionar as de maior contribuição para o presente estudo:

- ✓ Entrevistado 01: “doação do material para construção das barracas da feira livre, que acontece todo sábado de manhã, junto ao Porto dos Pescadores”.
- ✓ Entrevistado 02: “doação de kits escolares, do Programa Volta às Aulas, para adultos, que estão realizando curso de alfabetização, à noite, por um trabalho voluntário realizado na igreja de Itajuba-Barra Velha/SC”.
- ✓ Entrevistado 03:
 - “a Epagri desenvolve o Projeto Microbacias e presta orientações sobre saneamento básico. Fornece, inclusive, material, como fossas sumidoras [...] muitas residências ainda não tinham banheiro, somente aquela antiga “patente” de madeira”.
 - “o projeto prevê ainda a perfuração de poços, cada um beneficiando de três a quatro famílias. A análise da água será realizada pela Casan”.
 - “criamos um grupo de jovens, com o intuito de motivá-los a permanecer no campo, contudo com a participação deles em aulas de violão e de inglês, muitos foram desistindo. [...] Os jovens estão preferindo ir trabalhar na área urbana da cidade [...]”.
 - “queremos construir uma estufa para produção das mudas. A produção destas mudas ficará a cargo dos jovens, filhos dos agricultores [...], proporcionando renda aos jovens, estimulando-os a permanecerem no campo e abastecendo os agricultores com mudas de boa qualidade”.
 - “estamos vendo a possibilidade de firmar convênio com o Programa Fome Zero do Governo Federal, para que as hortaliças produzidas pela comunidade sejam adquiridas pelo programa e distribuídas a entidades do próprio município [...]”.

Ressalta-se que com a aplicação da entrevista, muitas informações “valiosas” foram obtidas, não previstas nas perguntas formuladas inicialmente, que se encontram nos anexos.

Em resposta aos questionamentos, concluiu-se que a escolha da atividade foi ação conjunta do Banco e de todos os parceiros envolvidos. A apresentação da estratégia DRS ocorreu na comunidade de Itinga II, contando com a participação de representantes do Banco, da Epagri, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Itinga, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra Velha, além de representantes e agricultores das comunidades

de Itinga I, Itinga II, Rio do Peixe e Medeiros. A receptividade foi boa, sendo bem-vinda a participação do Banco do Brasil nas atividades do município. O envolvimento e o comprometimento, principalmente das entidades parceiras locais, têm-se apresentado significativo.

Com relação à existência de alguma propriedade modelo, obteve-se a informação de que não há modelo rígido a ser seguido, pois a assistência técnica da Epagri realiza visitas às propriedades dos agricultores, prestando as orientações no próprio local, adaptando-se à estrutura encontrada e às necessidades de cada terreno.

Como o projeto ainda não foi totalmente implantado, não foi possível mensurar os retornos financeiros e/ou não-financeiros, contudo foram identificadas algumas contribuições, descritas no item 4.5.4, assim como as dificuldades encontradas, no item 4.5.3.

Atualmente a comunidade percebe o Banco como agente desenvolvedor e participativo da realidade no qual está inserido, vendo-o de modo mais acolhedor e simpático, como membro integrante de suas vidas.

O grau de satisfação percebido foi muito bom, com entusiasmo e motivação, tanto dos funcionários do Banco como das entidades parceiras e da comunidade.

4.5.2 As dificuldades encontradas

Com relação à mobilização e envolvimento das entidades parceiras e da comunidade não houve dificuldade.

No entanto, na entrevista realizada junto à Epagri, foi verificado a existência de uma ocorrência na comunidade de Medeiros.

A localidade de Medeiros possui um perfil mais urbano, embora tenha muitas propriedades rurais. Nas reuniões realizadas na comunidade, foi percebida a redução do número de participantes que eram de 80 a 100 pessoas, chegando a 60 e até 40 pessoas. O fato explica-se pela motivação dos jovens a trabalharem nas indústrias e comércio locais, deixando a atividade rural.

Houve a tentativa de criar um grupo de jovens, bem sucedido no começo. Contudo com as desistências, devido à participação dos jovens em aulas de violão e inglês, o grupo foi se extinguindo até a sua completa dissolução.

Por outro lado, as outras comunidades, Itinga I, Itinga II e Rio do Peixe, permanecem motivadas e comprometidas com os objetivos propostos pelo projeto.

De modo geral, como o município de Barra Velha é litorâneo e enfrenta as dificuldades da sazonalidade de veraneio, há problemas relacionados à falta de emprego. A estratégia DRS visa fixar os agricultores no campo, evitando o êxodo rural e dirimindo, pelo menos em pouco, os problemas relacionados à área urbana da cidade.

4.5.3 As contribuições esperadas

Entre as principais contribuições esperadas, constam o aumento de renda das famílias, a melhoria da qualidade de vida, melhoria da produtividade, redução de custos e preservação ambiental.

Nas entrevistas realizadas, além das respostas prontamente obtidas, foi possível coletar mais algumas informações valiosas, que na aplicação de um simples questionário ficariam ocultas. Apesar de não serem mensuráveis e/ou quantificáveis os retornos financeiros e não-financeiros, elenca-se a seguir algumas contribuições já proporcionadas pelo projeto:

- ✓ Criação da Feira Livre, que acontece nos sábados de manhã, junto ao Porto dos Pescadores, para comercialização dos produtos;
- ✓ Doação de kits escolares, do Programa Volta às Aulas, realizado pelo Banco do Brasil, a adultos que estão realizando curso noturno de alfabetização, trabalho voluntário realizado na igreja da localidade de Itajuba, município de Barra Velha;
- ✓ O projeto Microbacias, realizado pela entidade parceira Epagri, fornece orientações relacionadas à saneamento básico, inclusive com fornecimento de fossas sumidoras, evitando a contaminação do solo e dos lençóis freáticos. Muitas residências ainda não possuíam um banheiro (vaso sanitário) e tratamento de efluentes apropriados;
- ✓ O projeto Microbacias prevê ainda a perfuração de poços, que beneficiarão de três a quatro famílias/cada. A análise da água será realizada pela Companhia de Águas e Saneamento local (Casan), melhorando a qualidade de vida dos agricultores e dos produtos comercializados;

- ✓ Como no cultivo orgânico não há utilização de agrotóxicos, há uma significativa melhoria no estado de saúde dos agricultores, assim como também reduziu-se o problema da destinação das embalagens com resíduos tóxicos destes produtos, que antes não eram manuseadas e descartadas corretamente;
- ✓ Está em construção uma estufa para produção de mudas que vão ser utilizadas no cultivo das hortaliças. A produção de mudas ficará a cargo dos jovens, filhos dos agricultores, proporcionando-lhes uma renda, motivando-os a permanecerem no campo e abastecendo os agricultores com mudas de boa qualidade, otimizando o resultado/produto final;
- ✓ Também está em andamento a disponibilização de um espaço a ser usado pelos agricultores para armazenamento, beneficiamento e embalagem dos seus produtos, agregando-lhe valor e, conseqüentemente, possibilitando uma renda melhor.

Dentre todas as contribuições supra citadas, vale mencionar que está em estudo a realização de um convênio com o Programa Fome Zero do Governo Federal, para compra da produção local de hortaliças e a conseqüente distribuição a entidades do município, ficando, assim, a produção e os benefícios dentro da própria comunidade.

O plano de negócios DRS ainda não está completamente elaborado e implantado, mas os parceiros e a comunidade já estão envolvidos, realizando atividades produtivas e conduzindo o processo de transformação, demonstrando que é possível conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental, respeitando a cultura local.

4.6. LIMITAÇÕES

O presente estudo de caso sofreu algumas limitações, embora o trabalho tenha trazido diversas contribuições para um maior conhecimento num assunto de alta importância econômica, social e ambiental, o mesmo ainda é pouco debatido e/ou estudado.

Como a metodologia e a estratégia negocial de desenvolvimento regional sustentável é consideravelmente recente, poucas foram as fontes bibliográficas relacionadas diretamente ao assunto.

O objetivo não foi o de generalizar os resultados para todos os planos DRS desenvolvidos e conduzidos pelo Banco, mas sim demonstrar a sua importância e viabilidade de implantação nas comunidades. Cada comunidade possui atividades e culturas distintas, devido às quais há necessidade de elaboração de planos adequados, cada qual com suas particularidades. Por isso há necessidade de ampliação da pesquisa para poder efetuar um eventual comparativo.

Outro fato limitador do trabalho foi a amostra reduzida de pessoas entrevistadas, contudo justificado pelo pequeno número de agentes diretos envolvidos que pudessem prestar informações relevantes à elaboração do presente estudo de caso.

5. CONCLUSÃO

Com a elaboração do presente trabalho foi possível verificar a importância que o Banco do Brasil possui e a influência que é capaz de exercer como agente desenvolvedor e transformador nas comunidades nas quais está inserido.

A Responsabilidade Sócio-Ambiental é tema emergente, pois com o crescimento econômico das últimas décadas, pouco se têm pensado nos aspectos sociais e ambientais. A sustentabilidade do planeta está baseada no tripé do desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação do meio-ambiente; sem estas premissas as gerações futuras poderão sofrer as conseqüências dos atos impensados do passado.

É crescente o número de consumidores denominados de consumidores verdes que evitam produtos que representem risco à saúde, prejudiquem o ambiente durante a produção, uso ou despejo final, consumam muita energia, e outros itens de aspecto econômico, social e ambiental.

Cada vez mais, as empresas primam pela convivência harmoniosa com estes princípios, assim como a população em geral, que está ciente da necessidade da conscientização urgente a respeito do assunto.

A Estratégia Negocial de Desenvolvimento Regional Sustentável, como estratégia a nível corporativo, tem por objetivo principal a mobilização de agentes econômicos, sociais e políticos, para apoio a atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, observando e respeitando a diversidade cultural das comunidades. O Banco figura e atua somente como instituição de crédito, mas promove articulação e mobilização dos diversos agentes, identificando vocações, potencialidades das regiões, utilizando a capilaridade de agências que mantém em todo o país.

Para estudar o assunto e mostrar a sua relevância, dentre das 33 atividades produtivas trabalhadas na estratégia DRS no estado de Santa Catarina, selecionou-se o cultivo de hortaliças orgânicas, conduzido pela agência de Barra Velha, que visa beneficiar, inicialmente, 130 famílias do município.

A escolha da atividade a ser conduzida pela agência, foi ação conjunta do Banco do Brasil e das entidades parceiras: Epagri – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, além da participação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e comunidade. A concertação ocorreu de forma harmoniosa, com o envolvimento e participação ativa entre os agentes. Na elaboração do diagnóstico da atividade, foram identificados vários

pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades. A atividade tem potencial para aumentar a produção e melhorar a qualidade dos produtos, reduzir custos e desenvolver novos produtos. Das poucas dificuldades encontradas, devido ao alto grau de comprometimento e envolvimento de todos os agentes, a principal está relacionada à permanência dos jovens no campo, fato este, verificado em apenas uma das quatro comunidades envolvidas no projeto.

Seguindo as premissas de desenvolvimento sustentável propostas, embora não esteja completamente elaborado e implementado, o plano de negócios já vem mostrando a sua viabilidade e vem apresentando várias contribuições de melhoria, entre as quais se pode destacar a criação da feira livre, a doação de kits escolares para alfabetização de adultos, a redução drástica do uso de agrotóxicos trazendo melhoria para a saúde dos agricultores, assim como para a qualidade dos produtos cultivados e comercializados, o projeto de construção de uma estufa para produção de mudas e está em estudo a disponibilização de um espaço para armazenamento e beneficiamento/embalagem das hortaliças produzidas. A entidade parceira Epagri desenvolve o projeto Microbacias, que promove ações de saneamento básico, contribuindo ainda mais para a melhoria da qualidade de vida do agricultor. Está em estudo também a realização de um convênio com o Programa Fome Zero do Governo Federal, para compra da produção local de hortaliças e a conseqüente distribuição para entidades do município, ficando, assim, a produção e os benefícios dentro da própria comunidade.

O objetivo principal do estudo de caso foi alcançado: demonstrar a viabilidade do plano e identificar as contribuições esperadas e as dificuldades encontradas no processo de Desenvolvimento Regional Sustentável, demonstrando o quão essencial é a mobilização do ser humano em prol do bem comum e como uma instituição, como o Banco do Brasil, pode intervir nestes propósitos.

Vale mencionar que o objetivo não foi o de generalizar os resultados obtidos para todos os planos DRS desenvolvidos pelo Banco, mas entender, com maior profundidade a estratégia negocial.

5.1 IMPLICAÇÕES DO TRABALHO

A elaboração do presente trabalho foi de suma importância, pois como tema recente, o desenvolvimento regional sustentável é elemento capaz de transformar a realidade das comunidades, proporcionando renda, inclusão social e respeito ao meio ambiente.

Além de conhecer em maior profundidade a estratégia comercial do Banco, foi possível assimilar novos conhecimentos sobre o cultivo orgânico, aplicado não somente a hortaliças, mas também a outros produtos agrícolas (frutas, cereais, leguminosas etc.), cada vez mais procurados pelos denominados consumidores verdes. Trata-se de um mercado em pleno crescimento, já visível nas prateleiras diferenciadas para produtos orgânicos; um mercado em expansão que merece ser melhor explorado.

A análise qualitativa permitiu uma maior compreensão sobre o assunto e o estudo de caso do cultivo de hortaliças orgânicas demonstrou a viabilidade econômica e social de convívio harmonioso com a natureza. As dificuldades encontradas foram mínimas, enquanto as contribuições foram muitas, melhorando a qualidade de vida da comunidade.

Em suma, pode-se concluir que a Estratégia Comercial de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil possui fundamental importância para o desenvolvimento das comunidades nas quais está inserido, pois a solidez da marca BB é fato marcante na realidade da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Antonio Rodrigues. Estratégias de instituições bancárias relativas ao meio ambiente: um estudo de dois bancos brasileiros. Rio de Janeiro, 2004.

ASHLEY, P. A. Ética e responsabilidade social nos negócios. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

BANCO DO BRASIL. “O Desenvolvimento Regional sustentável no Banco do Brasil”. In: Política Agrícola. Ano XII – Nº. 4 – Out./Nov./Dez. 2004.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BORGER, F. G., Responsabilidade social: efeito da ação social na dinâmica empresarial. Tese de Doutorado. Faculdade de Economia, Administração e contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente. Relatório “Nosso Futuro Comum”. 1987.

Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1995.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas. 6ª ed. São Paulo : Editora Gaia, 2000.

ETHOS-Instituto Ethos de Empresa e Responsabilidade Social. Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. Vols. I e II. São Paulo: Instituto Ethos, 2003.

HART, Stuart; PRAHALAD, C.K. A riqueza na base da pirâmide. Brookman, 2005.

IRENE, Elias Sampaio. Análise do Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) sob o Enfoque da Legislação Ambiental. Fortaleza, 2005.

LOMBORG, Bjorn, 1965. O ambientalista cético: medindo o verdadeiro estado do mundo / Bjorn Lomborg ; tradução Ivo Korytowski, Ana Beatriz Rodrigues. Rio de Janeiro : Campus, 2002.

SANTOS, A.M.M.M.; GUARNIERI, L.S. Características gerais do apoio a Arranjos Produtivos Locais. In: Revista BNDES Setorial. Nº. 12. Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo : Editora da USP, 2005.

SOUZA, Perci Coelho de; SORAES, Francilene Gomes. Responsabilidade Socioambiental. Brasília, 2006.

TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira.. 4ª ed. Revista e ampliada – São Paulo : Atlas, 2006.

TOSINI, M. de F.C. Risco Ambiental para as Instituições Financeiras. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 149p. dissertação de mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

YIN, R. K. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Sites eletrônicos consultados:

<http://www.ambientebrasil.com.br>

<http://www.bb.com.br>

<http://www.cebds.org.br>

<http://www.cpatc.embrapa.br>

<http://www.dhnet.org.br>

<http://www.ecoambiental.com.br>

<http://www.epagri.rct-sc.br>

<http://www.ethos.org.br>

<http://www.fbb.org.br>

<http://www.institutoethos.com.br>

<http://www.jornaldomeioambiente.com.br>

<http://www.maplink.uol.com.br/rodoviario>

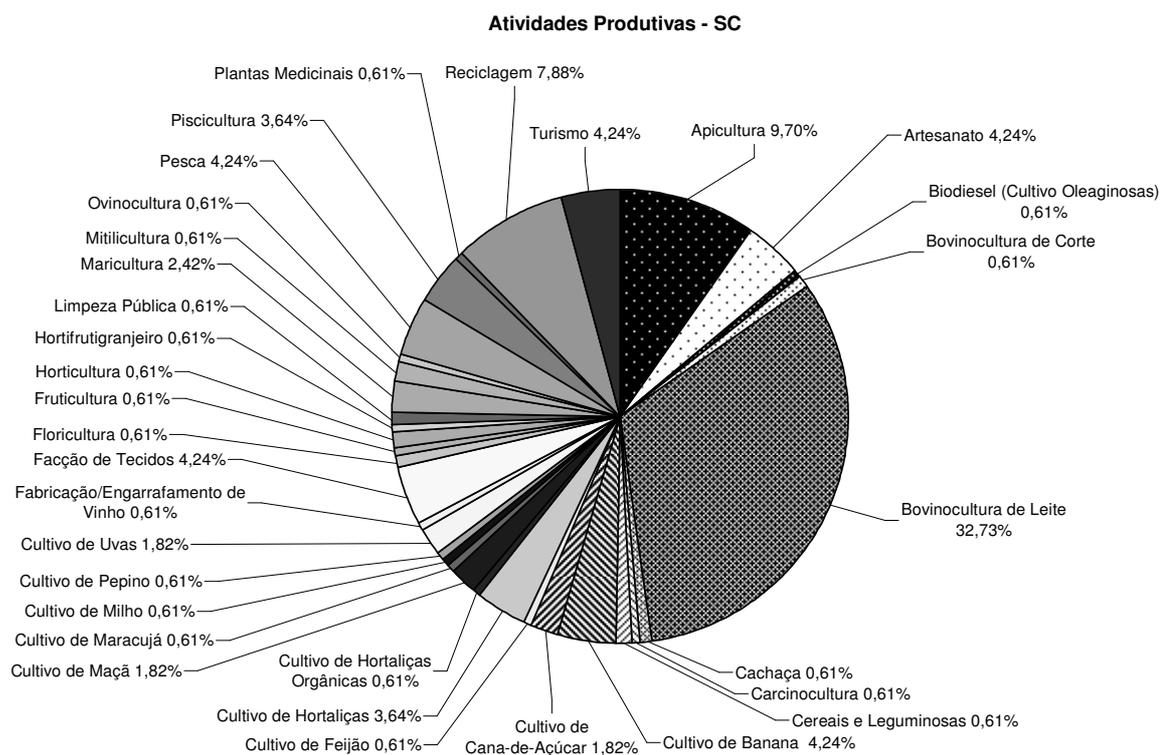
<http://www.onu-brasil.org.br>

<http://www.pactoglobal.org.br>

<http://www.pnud.org.br>

ANEXOS

GRÁFICO – ATIVIDADES PRODUTIVAS EM SANTA CATARINA



ROTEIRO PARA ENTREVISTA

1. A escolha da atividade foi iniciativa somente do Banco do Brasil ou os órgãos locais e/ou comunidade exerceram alguma influência?
2. Como ocorreu a apresentação da estratégia negocial DRS?
3. Qual foi a receptividade?
4. Houve alguma dificuldade na mobilização?
5. Qual o grau de envolvimento/comprometimento percebido?
6. Existe algum “modelo” e/ou propriedade que sirva de modelo a ser seguido ou tomado como base para a execução do projeto?
7. Já foi percebido algum retorno financeiro ou não-financeiro?
8. Atualmente, como a comunidade se posiciona/relaciona com o Banco?
9. Qual o grau de satisfação percebido pelo envolvidos no projeto?

GLOSSÁRIO

Agenda 21 Global: documento aprovado em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – (Rio 92) contendo compromissos para mudança do padrão de desenvolvimento. Processo de planejamento estratégico e participativo que analisa a situação de um país, Estado, município e região e elabora propostas voltadas para o futuro, de forma sustentável.

Agenda 21 Local: processo participativo multi-setorial de construção de um programa de ação estratégico dirigido às questões prioritárias para o desenvolvimento sustentável local. Como tal, deve aglutinar os vários grupos sociais na programação de uma série de atividades em nível local, que impliquem mudanças no atual padrão de desenvolvimento, integrando as dimensões socioeconômicas, político-institucionais, culturais e ambientais da sustentabilidade. Pode ser entendida em diversos níveis, como, por exemplo, num Estado, num município, num bairro ou numa escola.

Aglomerados: são agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, operando em atividades correlacionadas e que apresentam vínculos pouco expressivos de interação, cooperação e aprendizagem.

Associação: formação social que congrega pessoas interessadas em agir coletivamente a favor de um fim compartilhado. Em termos jurídicos, é definida como pessoa jurídica criada por grupo de indivíduos que partilhem idéias e unem esforços com um objetivo e sem finalidade lucrativa.

Auto-Sustentabilidade: manutenção de algo sem interferências externas. Capacidade de sustentar-se às próprias custas.

Arranjos Produtivos Locais: são aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo local ou território, operando em atividades correlacionadas que apresentam vínculos expressivos de interação, cooperação e aprendizagem.

Biodiversidade: referente à variedade de vida existente no planeta, seja terra, seja água. Variedade de espécies de um ecossistema. Conjunto de todas as espécies de plantas e animais e de ambientes naturais existentes em uma determinada área.

Cadeia ou Sistema Produtivo: são conjuntos de aglomerados e arranjos produtivos locais, formando redes complexas com altos índices de articulação, cooperação e aprendizagem, sem limitação territorial.

Consumidor Verde: aquele que relaciona o ato de comprar ou usar produtos com a possibilidade de colaborar com a preservação ambiental. O consumidor verde sabe que, recusando-se a comprar determinados produtos, pode desestimular a produção daquilo que agride o meio ambiente. Por isso, evita produtos que: representem um risco à sua saúde ou de outros; prejudiquem o ambiente durante a produção, uso ou despejo final; consumam muita energia; apresentem excesso de embalagens, ou sejam descartáveis; contenham ingredientes procedentes de habitats ou espécies ameaçadas; tenham usado, no processo de produção, indevida ou cruelmente animais; afetem negativamente outros povos, ou outros países.

Controle Ambiental: conjunto de ações tomadas visando manter em níveis satisfatórios as condições do ambiente. O termo pode também se referir à atuação do poder Público na orientação, correção, fiscalização e monitoração ambiental de acordo com as diretrizes administrativas e as leis em vigor.

Cooperativa: sociedade ou empresa constituída por membros de um determinado grupo econômico ou social e que objetiva desempenhar, em benefício comum, determinada atividade econômica.

Crime Ambiental: condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, conforme caracterizadas na legislação ambiental e na Lei de Crimes Ambientais (Lei nr. 9.605/98).

Degradação Ambiental: prejuízos causados ao meio ambiente, geralmente resultantes de ações do homem sobre a natureza. Termo usado para qualificar os processos resultantes dos danos ao meio-ambiente, pelos quais se perdem ou se reduzem algumas de suas propriedades, tais como a qualidade ou a capacidade produtiva dos recursos ambientais. Processo gradual de alteração negativa do ambiente, resultante de atividades humanas; esgotamento ou destruição de todos ou da maior parte dos elementos de um determinado ambiente; destruição de um recurso potencialmente renovável.

Desenvolvimento Sustentável: aquele que harmoniza o imperativo do crescimento econômico com a promoção da equidade social e preservação do patrimônio natural, garantindo assim que as necessidades das atuais gerações sejam atendidas sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras. Padrão de desenvolvimento no qual o crescimento da economia e a geração de riquezas estão integrados à preservação do ambiente, ao manejo adequado dos recursos naturais, assim como ao direito dos indivíduos à cidadania e à qualidade de vida. Forma socialmente justa e economicamente viável de exploração do ambiente que garanta a perenidade dos recursos naturais renováveis e dos processos

ecológicos, mantendo a diversidade biológica e os demais atributos ecológicos em benefício das gerações futuras e atendendo às necessidades do presente.

ECO-92: Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que foi realizada no estado do Rio de Janeiro em 1992, denominada internacionalmente de 1992 *Earth Summit on Environment and Development*. A Eco-92 proclamou que os seres humanos estão no centro das preocupações sobre desenvolvimento sustentável e têm direito a uma vida saudável, produtiva e em harmonia com a natureza. A Rio-92, como também é chamada, reuniu mais de 120 Chefes de Estado, e representantes no total de mais de 170 países. Foram elaborados cinco documentos, assinados pelos Chefes de Estado e representantes: a Declaração do Rio, a Agenda 21, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção sobre Mudança do Clima e a Declaração de Princípios da Floresta.

Ecologia: ciência que estuda as relações dos seres vivos entre si e com o ambiente que os cerca. O termo Ecologia foi criado por Ernest Haeckel em 1869, em seu livro *Generelle Morphologie der Organismen*, para designar o estudo das relações de um organismo com seu ambiente inorgânico ou orgânico, em particular, o estudo das relações do tipo positivo ou amistoso e do tipo negativo (inimigos) com as plantas e animais com que convive.

Ecossistema: ambiente em que há troca de energia entre o meio e seus habitantes. É o conjunto dos seres vivos e do seu meio ambiente físico, incluindo suas relações entre si. Consiste num complexo sistema de relações mútuas entre os fatores bióticos (organismos vivos) e fatores abióticos (elementos físicos e químicos do ambiente) que interagem entre si, havendo transferência de energia e matéria entre esses componentes.

Educação Ambiental: todo o processo educativo, que utiliza metodologias diversas, alicerçadas em base científica, com o objetivo de formar indivíduos capacitados a analisar, compreender e julgar problemas ambientais, na busca de soluções que permitam ao homem coexistir de forma harmoniosa com a natureza. Processo de aprendizagem e comunicação de problemas relacionados com a interação dos homens com seu ambiente natural. É o instrumento de formação de uma consciência por meio do conhecimento e da reflexão sobre a realidade ambiental.

Efeito Estufa: fenômeno de aquecimento da superfície terrestre de grande comprimento de onda, que é absorvida e reemitida pelo gás carbônico e vapor de água na baixa atmosfera, eventualmente retornando à superfície. Pode também ser definido como aquecimento da

superfície terrestre provocado pelo aumento da concentração de certos gases na atmosfera (gás carbônico e metano), alterando o equilíbrio termodinâmico do planeta.

Gestão Ambiental: conceito que relacionado à administração, pelo governo, do uso dos recursos ambientais por meio de ações ou medidas econômicas, investimento e providências institucionais e jurídicas, com a finalidade de manter ou recuperar a qualidade do meio ambiente, assegurar a produtividade dos recursos e o desenvolvimento social. O conceito pode ser ampliado e incluir além da gestão pública, os programas de ação desenvolvidos por empresas para administrar suas atividades dentro dos modernos princípios de proteção do meio ambiente.

Governança Corporativa: são as práticas e os relacionamentos entre os Acionistas/Cotistas, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Conselho Fiscal, com a finalidade de otimizar o desempenho da empresa e facilitar o acesso ao capital. A expressão é utilizada para designar o tratamento dos assuntos relativos ao poder de controle e direção de uma empresa, bem como as diferentes formas e esferas de seu exercício e os diversos interesses que, de alguma forma, estão ligados à vida das sociedades comerciais.

Impacto Ambiental: qualquer alteração das propriedades físico-químicas ou biológicas do meio ambiente, causadas direta ou indiretamente pela ação humana, e que podem afetar a saúde, segurança, bem-estar das pessoas, condições estéticas e sanitárias do ambiente e a qualidade dos recursos naturais. Pode ser negativo ou positivo.

Meio Ambiente: conjunto, em um dado momento, dos agentes físicos, químicos, biológicos e dos fatores sociais susceptíveis de terem um efeito direto ou indireto, imediato ou o termo, sobre os seres vivos e as atividades humanas. Soma das condições extremas e influência que afetam a vida, o desenvolvimento e, em última análise, a sobrevivência de um organismo.

ONG: expressão difundida a partir dos Estados Unidos (em inglês *Non Governmental Organization/NGO*) para designar grupos de ação independente, sem vinculação com a administração pública.

Parceria: relação de mão dupla: os parceiros partilham seus recursos, de modo a trocar benefícios mútuos e a chegar a objetivos comuns. Tem como objetivo integrar a organização com a comunidade, conseguir recursos e dar visibilidade à sua organização.

Responsabilidade Social: define grau de amadurecimento de uma empresa privada em relação ao impacto social de suas atividades. Abrange, em termos gerais, desenvolvimento

comunitário, equilíbrio ambiental, tratamento justo aos funcionários, comunicações transparentes, retorno aos investidores, sinergia com parceiros e satisfação do consumidor.

Poluição Ambiental: qualquer alteração do meio ambiente prejudicial aos seres vivos. Inclui-se a poluição atmosférica, provocada pelas nuvens de fumaça e vapor de instalações industriais e dos escapamentos de veículos, poluição sonora, causada pelo barulho de máquinas, buzinas de veículos, sons de rádio, aparelhos de som e TV muito altos e a poluição visual, decorrente do grande número de cartazes, faixas e luminosos espalhados pelas ruas das cidades. Refere-se também à degradação ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; lancem materiais estabelecidos (Lei nº. 6938/81).

Preciclagem: atitude proposta aos cidadãos de examinar o produto antes da compra, adquirindo apenas o que é durável (não descartável), que não tenha embalagem ou só o imprescindível, que seja verdadeiramente útil.

Qualidade Ambiental: estado do meio ambiente, como objetivamente percebido, em termos de medição de seus componentes, ou subjetivamente, em termos de atributos tais como beleza e valor. É o estado do ar, da água, do solo e dos ecossistemas, em relação aos efeitos da ação humana.

Qualidade de Vida: conceito que avalia as condições da existência do ser humano em relação ao ambiente que o cerca. A qualidade de vida representa algo mais que um nível de vida particular mais elevado, pois pressupõe uma infra-estrutura social pública capaz de atuar em benefício do bem comum e manter limpo o meio ambiente. Resultado da máxima disponibilidade da infra-estrutura social pública para atuar em benefício do bem comum (condições gerais de habitação, saúde, educação, cultura, alimentação, lazer, etc.) e para manter o meio adequado à reprodução e ao desenvolvimento da sociedade, respeitando a capacidade de reposição dos recursos naturais; meio ambiente ecologicamente equilibrado é essencial à sadia qualidade de vida; nesse caso não se refere ao nível de vida privado.

Reciclagem: obtenção de materiais a partir de resíduos, introduzindo-os de novo no ciclo da reutilização, com a finalidade de reduzir o lixo industrial e doméstico. Reaproveitamento de algum material. Reutilização de recursos por meio da recuperação de detritos, reconcentração e reprocessamento para uso industrial. Ato de tornar útil e disponível novamente, eventualmente mediante um processo de transformação físico-química, material que já foi

utilizado anteriormente dentro de um sistema. Materiais que seriam descartados como lixo tornam-se novamente matéria-prima para a manufatura de bens, reduzindo a extração de recursos naturais.

Reduzir, Reutilizar e Reciclar: a mais moderna visão a respeito do lixo. Deve-se primeiro reduzir a produção do lixo, através da reciclagem. Em vez de dispensar qualquer coisa, tentar reaproveitar. A reciclagem vem como a última medida.

Recursos Não-renováveis: recursos provenientes da decomposição da matéria orgânica acumulada há milhões de anos e que se encontram no interior das rochas e do subsolo (exemplo: petróleo, carvão fóssil). Qualquer recurso natural finito que, em escala de tempo humana, uma vez consumido, não possa ser renovado.

Recursos Renováveis: recursos que podem ser utilizados pelo homem e que podem ser recolocados na natureza (exemplo: árvores, animais) ou já existem à disposição sem que seja necessária a reposição (exemplo: energia solar, ventos, água). Qualquer bem que, teoricamente, não possa ser totalmente consumido em função de sua capacidade de se reproduzir ou se regenerar. Podem ser recursos de fontes inesgotáveis (energia solar), provenientes de ciclos físicos (ciclo hidrológico: água) ou de sistemas biológicos (plantas e animais que se multiplicam).

Relatório de Impacto Ambiental (Rima): documento que apresenta os resultados técnicos e científicos de avaliação de impacto ambiental. Constitui um documento do processo de avaliação de impacto ambiental e deve esclarecer todos os elementos da proposta em estudo, de modo que possam ser divulgados e apreciados pelos grupos sociais interessados e por todas as instituições envolvidas na tomada de decisão. O Rima tornou-se documento essencial para exame dos Conselhos de Meio Ambiente, assim como para a tomada de decisão das autoridades ambientais.

Sustentabilidade: qualidade, característica ou requisito do que é sustentável. Num processo ou num sistema, a sustentabilidade pressupõe o equilíbrio entre “entradas” e “saídas”, de modo a que uma dada realidade possa manter-se continuamente com suas características essenciais. Na abordagem ambiental, a sustentabilidade é um requisito para que os ecossistemas permaneçam iguais a si mesmos, e para que os recursos possam ser utilizados somente com reposição e/ou substituição, evitando-se a sua depleção, de maneira a manter o equilíbrio ecológico ou uma relação adequada entre recursos e produção, e entre produção e

consumo. Processo de desenvolvimento sustentável que compatibiliza três dimensões intrínsecas que são: a conservação ambiental, a inclusão social e o crescimento econômico.

Sustentabilidade Ambiental: capacidade de desenvolver atividades econômicas e de manter, ao mesmo tempo, a vitalidade dos componentes e processos de funcionamento dos ecossistemas. Baseia-se na hipótese de que é possível calcular a “vida útil” ou durabilidade do sistema natural, medir o “déficit ecológico” provocado pelas atividades humanas e saber como evitar impactos negativos no ecossistema.

Uso Sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (Lei 9.985/2000, art. 2, XI).